

Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/n° - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700 Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

Aos 18 dias do mês de agosto do ano de 2011, no Instituto Federal de Educação de Santa Catarina, sede Coqueiros, reuniram-se, às 09 horas, os participantes do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo para a 11ª Reunião Ordinária deste colegiado. A reunião contou com a presença de vinte e quatro representantes das dezessete instituições conforme relacionadas: APREMAG; FLORAM/PMF; Secretaria Municipal de Pesca de Bombinhas; Prefeitura Municipal de Porto Belo; Colônia de Pesca Z22/FEPESC; APRENDER Entidade Ecológica; Núcleo Macacoprego de Vivências Ambientais; Secretaria Municipal de Pesca de Governador Celso Ramos; Fundação Ambiental – FAACI/Prefeitura Municipal de Itapema; CEPSUL/IBAMA; Policia Militar Ambiental de Santa Catarina; Capitania dos Portos de Santa Catarina/Marinha do Brasil; **REBIO** Arvoredo/ICMBIO; EPAGRI/SC; SUPES/IBAMA. A reunião contou ainda com a presença da Sra. Andréia Broering – pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina e do Instituto Oceanográfico de São Paulo-IO/USP como colaboradora do conselho. A reunião foi aberta pelo Sr. Caio Cavalcanti Dutra Eichenberger apresentando-se aos participantes como oceanólogo, analista ambiental do ICMBio, chefe da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo. Logo em seguida, após a apresentação de todos os participantes, foi feita a Leitura da Ata da 10^a Reunião Ordinária do Conselho Consultivo pelo Sr. Hellen José Rocha/ICMBio. Foi realizada breve discussão sobre os resultados dos encaminhamentos previstos relacionados à: confecção do Folder de divulgação da REBIO Arvoredo, quando o mesmo foi apresentado aos participantes pelo Sr. Caio; a Base Avançada do Rancho Norte na Ilha do Arvoredo, onde o Sr. Leandro Zago da Silva, analista Ambiental do ICMBio, esclareceu sobre as restrições à construção da mesma como a questão Fundiária, presença de Sítio Arqueológico no local, limitações quanto aos recursos disponíveis e desarticulação do terceiro setor com a ausência de ONG's para que seja viabilizado repasse de recursos a Unidade. O Sr. Jeorge Renato de Souza da CPSC esclareceu a dificuldade da Marinha do Brasil em abrir mão do território das Ilhas por se tratar de território militar voltado à segurança de navegação, operação e manutenção dos O Sr. Mauro Figueiredo questionou de que forma o Conselho poderia auxiliar no processo. O Sr. Caio informou que esta sendo formalizado protocolo de cooperação técnica para utilização do casarão da Marinha pela REBIO Arvoredo de forma a viabilizar a presença institucional na ilha. O Sr. Leandro informou também que parte dos recursos referente à compensação ambiental do Empreendimento Porto De Itapoá foram utilizados para a compra de duas embarcações SR 620, além da utilização de recursos de Ação Judicial destinado a REBIO Arvoredo para auxílio na construção do Centro de Visitantes da ESEC Carijós, local onde atualmente a REBIO Arvoredo encontra-se sediada. O Sr. José Luis Lima da APRENDER colocou que nenhuma das informações colocadas sobre a gestão da Unidade foram repassadas ao conselho. O Sr.



Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/n° - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700 Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

Leandro colocou ainda a questão do desgaste dos analistas ambientais do ICMBio durante os processos de licenciamento de empreendimentos como o Residencial Quinta dos Ganchos em Governador Celso Ramos e o Estaleiro da OSX em Biguaçu. Foram feitas considerações entre os participantes sobre a importância das parcerias e que o Conselho Consultivo é o fórum para viabilização das mesmas. O Sr. Caio lembrou que esta sendo formalizada parceria da REBIO com a Policia Militar ambiental para apoio a fiscalização da Reserva. O Sr. Javier Tozo da FAACI/Itapema colocou a importância de aproximar as parcerias relacionando o tempo em que o conselho ficou sem se reunir. A Sra. Jacqueline Carrilho do Núcleo Macacoprego, colocou que o conselho consultivo é um colegiado formado por instituições governamentais e da sociedade civil, portanto é direito de quaisquer entidades solicitar ao presidente a realização de reuniões. O Sr. Mauro colocou que o Plano de Manejo prevê inclusive toda esta articulação e colocou ainda a importância da realização de revisão do mesmo, assim como implementação das atividades previstas. O Sr. Caio colocou a importância do Plano de Manejo como instrumento de planejamento e a existência do Conselho Consultivo com regimento interno aprovado. Após a sequência de esclarecimentos conforme relatada acima, foi aprovada a Ata da última reunião. O Sr. Caio passou a palavra para o Sr. Leandro para que inicie a apresentação dos resultados relacionados às atividades de proteção da Unidade. O Sr. Leandro destacou a importância da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, identificou os sujeitos da proteção (relacionando a biodiversidade e o próprio homem), as principais ameaças, a importância das pesquisas, das ações de fiscalização e do repasse de informações. A Sra. Jaqueline destacou a importância da Educação Ambiental junto às ações de proteção. O Sr. Leandro enfatizou a importância da pesquisa e do apoio que deve ser dado aos pesquisadores pela unidade. A Sra. Caroline Batistoti Secretária de pesca de Governador Celso Ramos, colocou que os estudos relacionados à pesca encontram-se defasados e fez um apelo ao CEPSUL para que fossem desenvolvidos estudos mais efetivos com aplicação voltada ao setor pesqueiro artesanal. Colocou ainda que os estudos contratados, desenvolvidos pela EPAGRI e UNIVALI na região foram incipientes. O Sr. João Serpa da Colônia Z-22 colocou que é pescador a cerca de 60 anos e acha que os órgãos ambientais governamentais estão gastando muito dinheiro com a proteção da reserva enquanto o pescador que foi prejudicado por não poder mais pescar naquela região esta desamparado e sem ninguém para ajudá-los. Colocou ainda que atualmente tem observado veranistas que não só pescam na reserva como também vendem o peixe pescado na frente do pescador artesanal. O Sr. Leandro colocou que é necessário investir na fiscalização. O Sr. João colocou que cada vez é mais visível a falta do camarão já que outros pescadores não respeitam o defeso e arrastam na época da proibição sem serem fiscalizados. Colocou ainda que na temporada passada os restaurantes de Porto Belo e Bombinhas começaram a comprar camarão de cativeiro. O Sr. Leandro colocou que foi realizado esforço para a



Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/n° - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700 Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

fiscalização do defeso. O Sr. João lembrou que o defeso como se encontra atualmente esta na época errada. O Sr. Cesar Aldo Lopes da Secretaria municipal de pesca de Bombinhas, colocou que em sua concepção quando uma reserva é intocável significa que ninguém pode ir. O Sr. Cesar comentou ainda as reclamações dos pescadores em relação à impossibilidade de obtenção de documentação para a regularização dos pescadores profissionais da pesca artesanal, levantou a questão das permissões de pesca de arrasto que ainda não saíram do papel por parte do Ministério da Pesca e falou ainda da facilidade de obtenção de documento de pesca amadora pelo turista onde basta pagar um boleto via internet. Fez denúncias sobre a reserva estar sendo ilegalmente explorada pelo turismo de pesca amadora, constatando dessa forma que o pescador artesanal é consciente que não possui espaço, devido a esse pais só visar o dinheiro, e lembrou o episodio envolvendo a não autuação pela policia ambiental de parentes de políticos flagrados pescando dentro da unidade. O Sr. Cristiano Medeiros da Policia Militar Ambiental colocou que foram feitas 200 autuações de pesca esse ano e que ainda assim não possui efetivo para que possa agradar a todos e por isso acredita na importância da Educação Ambiental, colocou ainda que de sua parte não faz distinção entre os autuados. O Sr. Leandro colocou que, de fato atualmente se apreendem mais varas de pesca, de pescadores amadores, que redes dos artesanais. O Sr. Luis Fernando do CEPSUL, colocou que a pesca é uma concessão dada tanto a pesca industrial como a de laser e que a questão de respeitar as leis é uma questão de educação. Com relação à pesquisa colocou que pesquisas tem muitas o problema é que o resultados das pesquisas não agradam, já que indicam a sobre-exploração dos recursos. A Sra. Jaqueline colocou que todas as reivindicações são legitimas, e, portanto, seria necessário haver uma mediação. Colocou a necessidade da organização de Grupos de trabalho como GT de Pesca para discussões mais aprofundadas e organizou a plenária para que fossem atendidas as falas dos participantes que a solicitaram. O Sr. Mauro colocou que os problemas e discursos na Zona de Amortecimento da Unidade são os mesmos de sempre e já foram amplamente discutidos durante a execução do Plano de Manejo e que era necessário avançar no discurso. O Sr. Rene Eiras AOMESC, pediu a palavra e disse que os mergulhadores estão na reserva antes mesmo desta ser Reserva e entrou em consenso com outros participantes em já ter visto a repetição desta história antes, nada avança. Manifestou sua indignação sobre a tentativa de recategorização da reserva sem que fosse comunicado a instância local como o próprio conselho consultivo e que segundo informação de Brasília a unidade já estaria sendo recategorizada a Parque Nacional e questionou se algum representante teria alguma informação a respeito. O Sr. Caio colocou que não tem informação e que o Decreto existente é de Reserva Biológica. Retornando a palestra o Sr. Leandro colocou os conflitos do entorno da Unidade e dos esforços da Unidade para ser ouvida junto aos empreendimentos petrolíferos, assim como os esforços para a gestão no entorno, citou o Programa Marina Legal, o Projeto



Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/n° - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700 Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

Maré Limpa que esta sendo desenvolvido pelo Instituto Carijós, o programa de Educação Ambiental da Reserva e a existência de Bancos de Dados. O Sr. Renê colocou a questão da embarcação do ICMBio ter sido habilitada a mar aberto, o Sr Caio e o Sr Helen disseram que ela foi habilitada e que houve um curso para os servidores públicos habilitando-os para condução de embarcações no serviço público. O Sr Renato explicou que a habilitação de embarcações para tripulação e para passageiros é diferenciada. O Sr. Fernando colocou a sugestão da possibilidade de monitoramento aéreo, onde foi colocado que o helicóptero do estado é utilizado prioritariamente para resguardo da vida humana. O Sr. Mauro colocou a questão da pesquisa e de como estas poderiam chegar à comunidade. O Sr. Caio sugeriu uma alteração na pauta da reunião, pois devido à necessidade de votação dos cargos de vice presidente e secretário executivo e a ausência de alguns participantes no período da tarde solicitou a antecipação da votação. Após consenso da plenária deu-se inicio a votação para a composição da Estrutura Organizacional do Conselho Consultivo, conforme Artigo 4º do Regimento Interno. Após possibilitar a manifestação, interesse e indicação de alguns participantes foi instituído por meio de votação a estrutura organizacional do conselho consultivo como segue: o plenário: todos os participantes presentes conforme lista de presença em anexo; Presidência: Sr. Caio Eichenberger-chefe da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo; Vice presidência: Sr. Cesar Aldo Lopes; Secretária executiva: Sra. Jacqueline Carrilho. Após essa composição alguns participantes se colocaram a disposição para compor os seguintes Grupos de Trabalho: (GT Pesca) Sr. Luciano Cotta, Sr. Adolar Serafim, Sr. João Serpa, Sr. César Lopes, Sra. Carolina Batistoti e Hellem Flores; (GT de Educação Ambiental) Sr. Rene Eiras, Sra. Jacqueline Carrilho, Sra. Aline Feltrim, Sr. Mauro Figueiredo, Sr. José Luis Lima, Sr. Fernando Seabra, Andreia Broering e Caio Eichenberger. O Sr. Caio retomou a palavra e colocou as prioridades de sua gestão. Iniciou colocando o esforço que vem sendo desenvolvido junto à articulação institucional como a formalização de parceria com o 5º Batalhão Aquático a Policia Militar Ambiental para o planejamento e execução de ações de fiscalização na REBIO Arvoredo com a utilização da Lancha Patrulha SEAP/MPA; formalização de parceria com a Marinha do Brasil para a utilização do Casarão da Marinha localizado na Ilha do Arvoredo como base avançada de Pesquisa, Proteção e Educação Ambiental; formalização de parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis e Universidade Federal de Santa Catarina – Projeto Fortalezas para a implantação do Centro Temático na Praia do Forte, em âmbito do GT de Educação Ambiental do Conselho Consultivo; formalização de parceria com a Secretaria de Turismo do Município de Porto Belo para a implantação do Centro Temático da Praia de Porto Belo. O Sr Caio colocou que tão importante quanto à pesquisa e a fiscalização é a Educação Ambiental, citada pelo SNUC como dimensão a ser considerada para o alcance dos objetivos relacionados à participação social, citou também o Programa



Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/n° - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700 Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), a Política Nacional de Educação Ambiental e as Estratégias Nacionais de Comunicação e Educação Ambiental que reforçam essa perspectiva. Atendendo aos encaminhamentos previstos para Educação Ambiental conforme Ata da Reunião Anterior, o Sr. Caio colocou que foram definidos as Diretrizes, estratégias e ações para a Educação Ambiental no âmbito da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo em contexto externo e que preveem cinco macro linhas que são elas: EA formal, EA Informal, Conselhos, EA na Gestão Pesqueira e a Educomunicação. Informou, que esta sendo previsto um Fórum de Educação Ambiental no âmbito da REBIO Arvoredo para a Construção Participativa do Programa de EA da Unidade, com o envolvimento do GT de EA do conselho Consultivo, profissionais da área de Educação Ambiental e parceiros para a discussão dos diferentes temas e ações. Por fim, ressaltou a importância do conselho consultivo como instrumento legitimo de participação social. Os participantes foram convidados para o almoço, prevendo intervalo de uma hora. Ao retornarem, o Sr. Caio Passou a palavra para o Sr. Hellen para a apresentação dos resultados alcançados pela pesquisa junto a Unidade. O mesmo informou os elementos de relevância na pesquisa elencados pelo Plano de Manejo da Unidade, ressaltou trabalhos importantes ao subsidio de manejo, o apoio a pesquisa, a apresentação dos bancos de dados relacionados ao controle de pesquisas e biodiversidade. Foi informado, que foi realizado até então 120 pesquisas por 20 instituições e 91 publicações. Apresentou os seguintes dados sobre a biodiversidade da Reserva: Total de Espécies: 1.250 espécies (850 Marinhas e 400 terrestres); Ameaçadas de Extinção: 22 espécies; Constante nos anexos da CITES: 23 espécies; Constantes na Lista Oficial da IUCN – 36 espécies; Novas para a ciência: 21 esponjas, 01 anfíbio, 06 aranhas e 01 alga; Com distribuição pontual: 06 algas com o primeiro registro no litoral brasileiro. Falou ainda sobre as pesquisas que se encontram em andamento explicitando o Controle realizado pelo SISBIO. Destacou os trabalhos de monitoramento desenvolvidos pelo CEMAVE, CMA e CEPSUL. O Sr. Hellen ressaltou que não há controle sobre as pesquisas que ocorrem na Zona de Amortecimento e destacou os seguintes trabalhos que ocorreram na ZA: Projeto Pesca Responsável na Baia do Rio Tijucas/Univali (citando que o mesmo foi desenvolvido pelo professor Roberto e pelo Prof. Rodrigo, ambos da UNIVALI); e, Projeto Aves Marinhas/UNIVALI, relacionando ainda algumas pesquisas na região, entre elas o Projeto Ilhas do Sul/UFSC e o Projeto Biodiversidade Marinha no Estado de Santa Catarina/UFSC, concluindo com o trabalho de interação com a pesca e coleta de informações na comunidade realizado pelo projeto TAMAR. O Sr. Hellen apresentou um mapa indicando as unidades federais marinhas e costeiras associado a Portaria que cria o Núcleo de Gestão Integrada e objetiva contribuir para a gestão integrada na região através da união de esforços, otimização de recursos e resolução de questões comuns às Unidades Descentralizadas - UD do Instituto Chico Mendes. Destacou o trabalho desenvolvido durante a construção do



Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/n° - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700 Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

Plano de Manejo da APA do Anhatomirim e principalmente dos esforços de diálogos junto as comunidades de pesca pelo Sr. Heitor Macedo, analista ambiental do ICMBio. O Sr Hellen concluiu sua apresentação citando o Projeto MAAre que consiste em um Programa de Monitoramento contínuo e sistematizado na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo baseado em indicadores biológicos, associado a parâmetros oceanográficos, que permitam monitorar a qualidade ambiental do ecossistema marinho, buscando subsidiar o processo de gestão da UC, fruto de articulação da REBIO arvoredo junto a Petrobrás no processo de licenciamento de poços de petróleo na região. Os participantes deram inicio a um breve debate discorrendo sobre os seguintes assuntos: a necessidade dos resultados da pesquisa serem disponibilizados ao Conselho Consultivo, sugerindo ainda o fortalecimento do GT de Pesquisa; a não aplicação dos recursos da unidade referente a processo judicial nas determinações previstas pelo plano de manejo consideradas prioritárias a gestão da REBIO Arvoredo; questionamentos sobre a forma de atuação do Núcleo de Gestão integrada e se este não estaria sendo uma estrutura dentro de outra estrutura do ICMBio; a aplicação de recursos previstos pelo projeto MAAre contemplar apenas a universidade excluindo desta a participação dos Centros de pesquisa do ICMBio (CEMAVE, CMA, CEPSUL); O Sr. Cezar colocou que em relação ao Projeto de Pesca Responsável na Baia de Tijucas ele só tinha a fazer elogios, porém considerou que além de gastos de dinheiro público, foram necessários ao processo participativo meses e meses de articulação e conversação junto aos pescadores, mas diante da pressão da indústria pesqueira os encaminhamentos relacionados em menos de um mês, foram revogados. Mais uma vez foi sugerido que o assunto fosse encaminhado ao GT de pesca para ser discutido de forma específica e pelos atores envolvidos. Discutiu-se a questão sobre a atuação do Ministério da Pesca em Unidades de Conservação e por fim, retomando ao Projeto MAAre foi consenso entre os gestores a necessidade e importância do monitoramento como referencial sobre as necessidades de manejo da unidade contribuindo para uma transformação das relações entre os envolvidos. Antes de se dar por encerrada a reunião o Sr Luciano Cota, apresentou denúncia sobre a utilização da baia de Porto Belo como local de manutenção de navios de carga que se encontram ali fundeados. O Sr. Jeorge Renato colocou que embora os navios tenham permissão para fundeio na baia não estão autorizados sua manutenção já que as mesmas devem ser autorizadas por autoridade marítima e ficou de verificar a denúncia. Foi sugerido pelos participantes o retorno das reuniões ordinárias trimestrais como previsto no Regimento Interno e entre estas o fomento aos GTs. A reunião foi encerrada por volta das 16:00 horas. Eu, Jacqueline Carrilho, por solicitação da plenária e do Presidente do Conselho, lavrei a presente ata que será por mim assinada.